

TERMO DE CONTRATO DE PERMISSÃO ONEROSA DE USO Nº/2020/SMC FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE E A EMPRESA, ATINENTE A DEPENDÊNCIA DENOMINADA QUARTO Nº 22, SITUADA NO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº/2020.

O **MUNICÍPIO DO RIO GRANDE**, com sede nesta cidade, sito ao Largo Eng. João Fernandes Moreira, s/n, inscrito no CNPJ sob o nº 88.566.872/0001-62, neste ato representado, conforme declaração de competência, pelo chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos – GCLC, Sr. Ademir Giambastiani Casartelli, inscrito no CPF sob o nº 139.673.040-00, denominado **PERMITENTE** e de outro lado a empresa, inscrita no CNPJ sob nº, estabelecida no Município de Rio Grande/RS, na, CEP, neste ato representada pelo Sr, portador do RG nº doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, celebram o presente termo em conformidade com o Decreto Municipal nº 13.335/2015, com a Lei nº 8666/1993 e mediante as seguintes cláusulas e condições :

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: É objeto do presente Termo a permissão onerosa de uso da dependência denominada quarto nº 22 localizada no Mercado Público Municipal sito a Rua General Osório S/Nº com área de 19,17m² para fins específicos do ramo de floricultura, conforme previsto no Termo de Referência anexo.

Parágrafo Único: As benfeitorias realizadas não terão direito a indenizações no final do contrato, eis que as mesmas passam a integrar o patrimônio do Município

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR: O PERMISSIONÁRIO pagará ao PERMITENTE a importância de R\$ 482,07 (quatrocentos e oitenta e dois reais e sete centavos) mensais pela permissão, pagável até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte, diretamente à Secretaria Municipal da Fazenda -SMF.

Parágrafo Primeiro: Os valores do presente contrato não pagos na data do adimplemento da obrigação sofrerão multa de 10% e serão corrigidos desde então até a data do efetivo pagamento pelo percentual de 0,033% ao dia.

Parágrafo Segundo: É de inteira responsabilidade do PERMISSIONÁRIO todos os compromissos de impostos, taxas, despesas ou qualquer outro tipo de desembolso e tarifas decorrentes do estabelecimento comercial, tais como energia elétrica, água, esgoto e etc.

Parágrafo Terceiro: Além do valor do presente contrato o PERMISSIONÁRIO pagará a iluminação dos corredores e taxa de água e esgoto, conforme rateio entre todos os demais concessionários do Mercado Público Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO: O prazo de vigência do presente contrato será de 05 (cinco) anos improrrogáveis, contados a partir da data de assinatura deste termo.

CLÁUSULA QUARTA – DO IMÓVEL: Não será permitido alterar as características arquitetônicas da dependência com a retirada de mureta, balcão, esquadrias em madeira, pisos, soleiras, paredes, aberturas, constituindo-se motivo de imediata rescisão deste termo.

Parágrafo Primeiro: Toda e qualquer obra que venha a ser executada pelo PERMISSIONÁRIO deverá ser autorizada pela Secretaria de Município de Desenvolvimento Primário – SMDP e obedecer o Manual de Orientação de Restauração do Mercado Público e fiscalizado pelo setor competente pela Secretaria de Município de Coordenação e Planejamento – SMCP.

Parágrafo Segundo: Todas as benfeitorias que venha a ser feitas na dependência passarão a fazer parte integrante dos próprios Municipais e consequentemente, tornar-se-ão propriedade da PERMITENTE.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO: O valor do contrato será reajustado, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, a contar da data da sua assinatura, tendo como índice de reajuste a variação acumulada do INPC no período.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO: O serviço será fiscalizado pela Secretária de Município do Desenvolvimento Primário - SMDP, a qual indicará um funcionário responsável para tal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA: A PERMISSIONÁRIA, além de outras obrigações previstas no Termo de Referência e no decreto Municipal nº 13.335/15, obriga-se a:

- a) Sujeitar-se à fiscalização do PERMITENTE, que será efetuada por funcionário designado para tal.
- b) Apresentar comprovante de pagamento das taxas de água e luz, Sempre que solicitado por agente representante do PERMITENTE;
- c) Manter e conservar todas as benfeitorias que compreendem a área da mesma, ficando vedada toda e qualquer obra e/ou serviço que altere as características das dependências sob sua responsabilidade, inclusive pinturas externas;
- d) Executar obras que possam ser necessárias somente com autorização do PERMITENTE e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento - SMCP;
- e) Arcar com todas as despesas de manutenção e conservação da dependência, assim como a provisão de mobiliário e equipamentos necessários ao pleno funcionamento do estabelecimento;
- f) Devolver o imóvel em perfeitas condições de uso, no término do prazo contratual, independente de notificação judicial ou extrajudicial;

- g) Implantar um sistema de prevenção de incêndio obedecendo as normas técnicas vigêntes;
- h) Obter todas as licenças e franquias necessárias para o funcionamento do estabelecimento;
- i) Arcar com o pagamento de emolumentos prescritos em Lei e observação de todas as posturas referentes ao serviço;
- j) Manter o comércio em perfeito funcionamento, durante a vigência do contrato, sem interrupção, sendo que o seu descumprimento sem qualquer justificativa comprovada sujeitará à aplicação de uma multa diária de dez por cento 10% do valor da permissão pelo lapso de tempo devidamente comprovado do não funcionamento da atividade.
- k) Ser o único responsável, perante terceiros, excluída a Municipalidade de quaisquer reclamações e indenizações.
- l) Manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO: Este Termo poderá, naquilo que couber, ser rescindido de acordo com os Arts. 78 e 79 da Lei nº 8666/1993, pelo atraso de 3(três) prestações consecutivas e pelas demais previsões constantes neste Termo.

CLÁUSULA NONA - DA EXPOSIÇÃO DE MERCADORIAS, DOS EQUIPAMENTOS PARA DIVULGAÇÃO E DAS ÁREAS DE MESAS: A exposição de mercadorias, dos equipamentos para divulgação e das áreas de mesas no Mercado Público Municipal obedecerá o disposto no Capítulo VI do Decreto Municipal nº 13335/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES: Além de ensejar a revogação de permissão de uso, o descumprimento total ou parcial das determinações deste regimento e do Plano de Ocupação e Restauo do Mercado Público Municipal, o qual orienta as condutas para um bom funcionamento dos estabelecimentos, confere a municipalidade o direito de aplicar aos permissionários as seguintes penalidades, garantindo a defesa plena do contraditório:

I - advertência

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o preço mensal da permissão de uso e podendo ser aplicada em dobro com a reincidência.

III - suspensão do exercício da atividade comercial por um prazo de até 30 (trinta) dias.

IV - interdição administrativa

V - suspensão temporária em licitações e impedimento de contratar com a administração pública, por um prazo de dois (2) anos.

VI - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será ressarcida sempre que o permissionário ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

Parágrafo Primeiro: Fica vedada a cedência, a locação, a alienação, penhora ou transferência a qualquer título dos chalés e quartos, casos em que será de imediato revogada a permissão sem qualquer direito a indenização ou recurso.

Parágrafo Segundo: As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, quando tal for viável, ou sucessivamente, a critério do Município, facultada a prévia defesa do interessado em um prazo de cinco (5) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação da infração, em processo administrativo aberto para tal fim.

I- A assinatura, no ato da autuação, valerá como indicação da autoria, gerando o mesmo efeito à recusa do infrator em assinar o documento, fato que será certificado pelo Agente de Fiscalização assinado por duas testemunhas.

Parágrafo Terceiro: A defesa a qual se refere o artigo anterior deverá ser encaminhada à Gerência de Abastecimento da SMDP, no prazo definido, para análise e deliberação da chefia como primeira instância do julgamento.

I- No caso de indeferimento, caberá ainda o recurso para julgamento em instância superior, a cargo do titular da pasta (especificar), que promoverá a decisão final.

II- O recurso deverá ser encaminhado no mesmo prazo, contando a partir do recebimento do indeferimento da defesa.

Parágrafo Quarto: As multas aplicadas serão recolhidas para o Fundo Municipal de Manutenção, Reforma e Restauro do Mercado quando da sua efetivação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS EQUIPAMENTOS: O uso de equipamentos deverá observar o disposto no capítulo VII do Decreto Municipal 13335/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACONDICIONAMENTO DA COLETA DO LIXO: O acondicionamento, a coleta e a destinação do lixo produzido no interior do Mercado deverá Municipal obedecerá o disposto no Capítulo V do Decreto Municipal nº 13335/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CARGA E DESCARGA: A carga e descarga de mercadorias, materiais ou equipamentos deverá observar o disposto no capítulo IV do Decreto Municipal 13335/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA–A PERMISSONÁRIA declara expressamente que aceita todas as condições deste termo, sem restrições de qualquer natureza e de que executará os serviços de acordo com as normas e especificações vigentes neste Município bem como conhece o teor do decreto nº 13.335, de 04 de maio de 2015, que regulamenta a organização e o funcionamento das dependências do Mercado Público Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DA OMISSÃO: Onde este contrato for omissivo prevalecerão os termos da Lei Federal Nº 8.666/93, do Decreto Municipal 13.335/2015 e demais legislação em vigor.

CLAUSULA DÉCIMA-QUINTA – DO FORO: As partes contratantes elegem o FORO da Comarca do Rio Grande para dirimir quaisquer dúvidas que possam advir no cumprimento deste Contrato ou após a sua vigência.

E, por estarem de acordo com os termos do presente, após lido, as partes interessadas o assinam, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, de de 2020

.....
Permitente

José Leomar Soares
Secretário de Município de Desenvolvimento Primário

Ademir Giambastiani Casartelli
Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

CC.: SMF/SMDP/GCLC/CSCI/ PERMITENTE

FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Em virtude da complexidade da prestação do serviço e por estar previsto no art. 67 da Lei 8.666/93, que versa sobre a necessidade de acompanhamento e fiscalização de todo o contrato administrativo por representante especialmente designado para tanto. A Secretaria responsável, nomeia como Fiscais do Contrato o(a) Senhor(a).

_____e
o(a) senhor(a)_____.

ciente:

Fiscal do contrato

Fiscal do contrato



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS



José Leomar Soares
Secretário de Município de Desenvolvimento Primário

Rio Grande, ... de de 2020